

CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA INTERPRETAÇÃO DA TEORIA DO VALOR DE MARX NOS DEBATES FEMINISTAS SOBRE TRABALHO REPRODUTIVO¹

Carla Curty²

Resumo: Os debates em torno do trabalho reprodutivo são elementos centrais nos debates feministas, em especial, nos feminismos marxistas e anticapitalistas. A questão do trabalho reprodutivo também é um elemento central para a compreensão das sociedades capitalistas, mas que fora dos debates do feminismo marxista esta questão é em geral negligenciada. A forma como estas teorias interpretaram a teoria do valor de Marx e incorporam as questões do trabalho reprodutivo à análise sobre a dinâmica das sociedades capitalistas diferem significativamente. O objetivo deste artigo é revelar alguns elementos destas controvérsias entre os diferentes feminismos marxistas anticapitalistas.

Palavras-chave: trabalho reprodutivo; valor; trabalho produtivo; teoria da reprodução social; feminismo marxista.

Área 3 - História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia histórica

¹ A autora agradece enormemente aos caminhos apontados e ensinamentos da brilhante professora Bárbara Araújo – uma das maiores conhecedoras de Teoria da Reprodução Social no Brasil – em seu curso “Teoria da Reprodução Social” e agradece à turma do curso do ano de 2021. Sem as trocas e questões compartilhadas, este artigo não existiria.

² Professora Adjunta do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Coletivo Marxista da Rural (MAR-UFRJ), do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos (NUEFEM – IE/UFRJ) e do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA-UFRJ).

CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA INTERPRETAÇÃO DA TEORIA DO VALOR DE MARX NOS DEBATES FEMINISTAS SOBRE TRABALHO REPRODUTIVO

Introdução

A história do pensamento marxista é repleta de inúmeras controvérsias e polêmicas. Seja por conta das diferentes correntes políticas e teóricas que se reivindicam marxistas, seja pelas diferentes formas de interpretação sobre as teorias de Marx e suas reflexões, seja pelos diferentes momentos e contextos nos quais os debates e as formulações foram construídos. Mais adequado falar em marxismos e de história dos pensamentos marxistas. A história do pensamento feminista também é repleta de controvérsias e debates. Seja por conta dos diferentes movimentos que compõem o vasto campo dos feminismos, seja pelas diferentes “ondas”, ou seja, as diferentes fases da luta feminista, seja pelas diferentes vertentes políticas, ideológicas e teóricas que compõem o amplo campo do feminismo. Também é mais adequado falar em feminismos, que colocar perspectivas e correntes tão díspares no mesmo guarda-chuva. Quando abordamos as contribuições feministas que dialogam com Marx e com a teoria do valor de Marx, não teria como fugir destas controvérsias e debates.

Ao contrário de evitar as controvérsias, uma boa aproximação a estas questões, como indicam Curty & Malta (2022), é explicitando estas controvérsias e apresentando as questões em torno das controvérsias. Assim, as controvérsias podem e devem ganhar centralidade no processo de análise e sistematização da história do pensamento.

Este é um movimento analítico no campo da história do pensamento que inclusive incorpora elementos marxistas para pensarmos a história do pensamento, dando destaque para a materialidade do pensamento e de suas ramificações. Trabalhar a história do pensamento por meio das controvérsias permite captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento, bem como dos demais pensamentos com os quais aquelas formulações teóricas dialogam.

Um determinado fenômeno ao ser analisado, pode ser (e geralmente é) compreendido de diferentes maneiras. Autoras e autores interpretam a realidade e seus fenômenos de distintas maneiras, a partir de seus referenciais teóricos, do momento histórico nos quais estão inseridas, seus valores ideológicos, políticos e sociais, sua inserção social, política e ideológica e com quais outras autoras e outros autores está em diálogo. Assim, configuram-se controvérsias em torno de determinados fenômenos e suas análises. “As controvérsias são conformadas por análises diferentes que podem ser formuladas sobre o mesmo objeto evidenciado pelo movimento histórico e podem ser organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos.” (Curty; & Malta, 2022, p. 42).

No caso das controvérsias em torno das análises sobre reprodução social e da sua relação com teoria do valor e a questão do trabalho produtivo nas teorias feministas, foco deste artigo, o intuito de recuperar estas análises à luz de um método que de destaque às controvérsias é revelar como a questão do trabalho reprodutivo e sua importância para a dinâmica da acumulação capitalista e da centralidade da exploração do trabalho feminino neste trabalho reprodutivo foi analisada a partir de diferentes leituras acerca da teoria do valor de Marx. E como que estas diferentes interpretações e análises resultaram em propostas políticas diferentes para a luta feminista a partir das questões em torno do trabalho reprodutivo.

Atualmente no Brasil – mais especificamente desde os anos 2010 – a obra de Silvia Federici tem sido amplamente debatida e vem ganhando grande circulação. Neste bojo, as obras da autora versando sobre as questões do trabalho doméstico, ou seja, do trabalho reprodutivo, e sobre o papel das mulheres neste tipo de trabalho tem circulado muito e influenciado muito os debates em torno da questão do trabalho doméstico no âmbito do feminismo no Brasil, em especial, do feminismo anticapitalista. Aqui nos referimos a obras como *O ponto zero da revolução – trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (Federici, 2019), que reúne vários escritos da autora sobre a temática, dos

anos 1970 aos anos 2000 e como *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (Federici, 2021), além de artigos em revistas acadêmicas, veículos de comunicação de esquerda e entrevistas.

As obras de Federici traduzidas para o português e publicadas no Brasil e as reflexões de Federici sobre o tema se articulam com os debates realizados pelas feministas (anticapitalistas, identificadas como autonomistas) italianas, na Itália e nos EUA dos anos 1970, como a própria Federici, como também Selma James, Mariarosa Dalla Costa, Alisa Del Re, entre outras. E a principal reivindicação política destas feministas girava em torno da luta por “salários para o trabalho doméstico” (*Wages for housework*) e do “Coletivo Internacional feminista” (*International Feminist Collective*), criado em 1972. Veremos ao longo do artigo qual a articulação entre a interpretação feita por estas feministas sobre a teoria do valor de Marx e sobre a relação entre trabalho produtivo e reprodução social e como esta interpretação influenciou na caracterização da pauta política das reivindicações que elas apoiavam e reivindicavam. Nesta introdução cabe ainda destacar o quão influente a perspectiva da análise sobre o trabalho doméstico de Federici é nos debates sobre feminismo no Brasil contemporâneo.

Um outro grupo de teorias feministas – talvez as mais relevantes no campo do feminismo marxista contemporâneo – que aos poucos vem ganhando espaço no Brasil, sendo inclusive referência para muitas das pesquisas e coletivos feministas marxistas anticapitalistas, e tendo as obras de suas principais autoras traduzidas para o português são as autoras ligadas à Teoria da Reprodução Social (TRS). Aqui nos referimos a autoras como Cinzia Arruzza, e Tithi Bhattacharya, entre outras. Suas obras ainda não geraram o impacto no feminismo brasileiro contemporâneo que as obras de Silvia Federici geraram, mas estas tem sido importantes referências para o pensamento feminista e para a luta feminista marxista e anticapitalista no Brasil.

Destacamos entre as obras sobre a Teoria da Reprodução Social (TRS) ou sobre as obras de suas autoras ligadas à temática do feminismo anticapitalista que ganharam repercussão no Brasil nos últimos anos: *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo* (Arruzza, 2019); *Feminismo para os 99% - um manifesto* (Arruzza; Bhattacharya; Frazer, 2019); Teoria da reprodução social – remapear a classe, recentralizar a opressão (organizado por Bhattacharya, 2023); *Gênero, raça e reprodução social – teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora* (organizado por Machado & Souza, 2023); *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* (Vogel, [1983] [2022]), além de artigos em revistas acadêmicas, veículos de comunicação de esquerda e entrevistas. Temos também contribuições relevantes de outras autoras da TRS, mas que não foram ainda traduzidas para o português ou publicadas no Brasil, como Susan Ferguson³.

Olivera & Fernandez (2022) indicam que haveria três grupos de análises feitas por feministas marxistas sobre a questão da reprodução social: as feministas ligadas ao feminismo operário e que reivindicavam os salários para o trabalho doméstico dos anos 1960 e 1970; as materialistas francesas que defendem a tese de coexistência de sistemas duplos e triplos que se expressam na consubstancialidade das relações patriarcais e de classe; e as feministas marxistas do início do século 21 que desenvolvem a Teoria da Reprodução Social (TRS) e que consideram o sistema unitário como expressão da totalidade social das estruturas de opressão (capital/classe; gênero e raça). Aqui neste artigo discordamos desta sistematização feita pelas referidas autoras por não considerarmos que o segundo grupo possa ser identificado como marxista. Estas autoras francesas são legatárias de formas de apropriação do materialismo que são distintas do materialismo ligado ao marxismo, o materialismo histórico e dialético, e elas não se inserem em posições anticapitalistas. Assim, focaremos nossa análise em dois grupos que consideramos reivindicar propostas anticapitalistas e que partem do materialismo histórico e dialético, o das feministas ligadas aos movimentos pelos salários para o

³ Neste artigo daremos mais centralidade para as publicações traduzidas para o português e que foram publicadas no Brasil por estarmos também focando em pensar a luta feminista anticapitalista no Brasil e não em qualquer outra sociedade.

trabalho doméstico dos anos 1960 e 1970 – também identificadas como feministas autonomistas – e as feministas do início do século 21 que constroem a Teoria da Reprodução Social (TRS).

Neste artigo a proposta é destacar como a categoria trabalho produtivo aparece na teoria do valor de Marx e, a partir desta síntese, revelar como nas diferentes formulações sobre trabalho doméstico nas teorias feministas anticapitalistas a questão do trabalho produtivo e de sua articulação com o trabalho doméstico (reprodutivo) aparece de diferentes formas. A partir destas controvérsias, levantaremos elementos sobre algumas questões centrais para um feminismo anticapitalista no Brasil contemporâneo.

Sobre a categoria trabalho produtivo na teoria do valor de Marx

Muito já foi escrito e debatido sobre as questões em torno da teoria do valor de Marx. Este não é o objeto, muito menos o objetivo deste artigo. Precisamos falar brevemente sobre a teoria do valor de Marx para compreender como Marx entendia a categoria do trabalho produtivo em sua teoria e, a partir disso, buscar analisar como a questão do trabalho produtivo e sua relação com a teoria do valor foi interpretada e utilizada pelas autoras feministas que são objeto de análise deste artigo. Para isso, sintetizaremos alguns dos elementos essenciais da teoria do valor de Marx, para compreender como o autor concebeu a categoria trabalho produtivo em seu arcabouço teórico.

Para Marx, valor é algo complexo e multidimensional, e não entendido de maneira instrumental, somente elemento ligado à determinação do preço, como para a economia política clássica e boa parte da teoria econômica desde então. Tampouco a teoria do valor é uma teoria dos preços, como a economia política clássica assumia e algumas simplificações errôneas da teoria do valor de Marx fazem. Marx analisa o valor e constrói sua teoria do valor para pensar elementos socio-historicamente localizados nas sociedades nas quais o modo de produção capitalista é o modo de produção dominante.

Como Carcanholo (2011) afirma, a teoria do valor de Marx é “uma teoria sobre a natureza da riqueza capitalista e, particularmente, sobre a produção desta riqueza” (Carcanholo, 2011, p. 13). Assim, de partida, é importante ressaltar que Marx não constrói sua teoria do valor de maneira ahistórica, como fizeram os clássicos, ou determinística, como é feito em algumas leituras equivocadas da sua obra. Para Marx, valor no capitalismo está essencialmente ligado à relação social que se estabelece neste modo de produção.

O ponto de partida da análise em *O capital* (Marx, 1867) é a análise da mercadoria. Marx toma o entendimento da mercadoria como ponto de partida de sua interpretação sobre o capital e sobre a lógica da riqueza e de sua acumulação nas sociedades capitalistas por considerar que na análise da mercadoria é possível desbravar elementos essenciais para a compreensão das sociedades capitalistas (sociedades nas quais o modo de produção capitalista é o modo de produção dominante), que são sociedades mercantis (organizadas a partir do mercado e das trocas).

A forma-mercadoria é para Marx a categoria “mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa” (Marx, 1867 [2006], p. 157). Nas sociedades capitalistas, as relações sociais são mediadas pelas mercadorias. Para Marx, o que todas as mercadorias nas sociedades capitalistas têm em comum é serem fruto do trabalho humano. As mercadorias também são unidades que comportam diferentes dimensões, valor e valor de uso.

O valor, nas sociedades capitalistas é, para Marx, uma relação social. É uma relação social que mistifica os elementos essenciais das relações sociais. Nas palavras do próprio Marx,

“De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, ele surge desta própria forma. (...) as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações

sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como os caracteres objetivos de seus próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores.” (Marx, 1867 [2006], p. 147).

Dado que as relações sociais nas sociedades capitalistas são mediadas pelas mercadorias e pelas trocas, que se realizam enquanto relações entre coisas, as características sociais do trabalho são mistificadas e veladas. Rubin (1928) destaca que desta maneira, para Marx, as características sociais do trabalho, as relações de produção, se apresentam como propriedades sociais das coisas. Deste modo, as coisas materiais tornam-se portadoras de propriedades sociais e adquirem uma forma social de valor de troca. Por meio desta forma social das coisas, as relações de produção se realizam e se apresentam. A teoria do fetichismo nos permite entender o caráter alienado/estranhado do trabalho nas sociedades capitalistas.

“É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação uma com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.” (Marx, 1867 [2006], p. 147-148).

Assim, nas sociedades mercantis, como aponta Rubin (1928), as pessoas se tornam meros representantes das mercadorias e as relações sociais entre os seres humanos e a atuação humana no processo produtivo do valor são mistificadas. Nesta dinâmica, o acesso à riqueza material é mediado pela troca de mercadorias – que é o eixo relacional aparente entre os produtores – e o dinheiro é a forma como as trocas são mediadas e se torna primordialmente a finalidade do processo. Assim entra na teoria a questão do fetichismo do dinheiro na teoria do valor de Marx⁴.

A transformação de dinheiro em capital, ou seja, o processo de compra e venda da mercadoria força de trabalho com o objetivo de gerar valor e mais-valor⁵ é o elemento central das relações sociais nas sociedades capitalistas. A circulação do dinheiro como capital explicita como, a partir da análise da teoria do valor de Marx, o capital é uma relação social – elemento fundamental da teoria do valor de Marx e de sua crítica da economia política.

E este elemento está na essência do processo de exploração em que consiste o processo de trabalho e de produção nas sociedades capitalistas. No entanto, o processo de consumo da mercadoria força de trabalho é o próprio processo produtivo de outras mercadorias. O valor de uso da mercadoria força de trabalho é produzir valor.

Mais destacadamente, para garantir que as mercadorias originadas no processo produtivo, ao serem vendidas, se convertam em dinheiro com um valor maior que aquele utilizado para comprar a força de trabalho, capitalistas vão fazer com que trabalhadoras e trabalhadores estejam presas e presos

⁴ Estas trocas, nas sociedades mercantis, são intermediadas pelo dinheiro, trazendo assim, uma outra dimensão para a teoria do fetichismo de Marx, mas não iremos nos aprofundar nisso pois fugiria demais ao escopo do artigo. Para a questão da teoria do dinheiro em Marx e sua relação com a teoria do fetichismo, ver Rubin (1928); Saad-Filho (2011); Grespan (2019) e Coutinho (1997).

⁵ Usamos aqui mais-valor no lugar de mais-valia segundo as mais recentes traduções de *O capital*, e segundo os tradutores e revisores técnicos, seria a tradução mais adequada. Entendemos que mais-valia é o termo mais difundido e mais conhecido, mas acreditamos que mais-valor seja o termo mais adequado.

ao processo produtivo por muito mais tempo que aquele necessário para reproduzir o valor de sua própria força de trabalho. Ou seja, trabalhadoras e trabalhadores geram mais-valor no processo de produção. Este mais-valor é o excedente de riqueza produzido pela classe trabalhadora e apropriado pela classe capitalista. O objetivo das capitalistas e dos capitalistas é este excedente. Este mais-valor.

Ainda no âmbito da teoria do valor de Marx, é importante destacarmos algumas questões centrais: como é produzida a riqueza e o excedente e quem se apropria do excedente produzido. Estas questões são explicadas pela chamada teoria da exploração.

Nota-se que no capitalismo, o processo de trabalho ganha características especiais que o transformam em um processo de valorização, baseado no processo de exploração da força de trabalho. No processo de valorização surge o mais-valor, o excedente, que é produzido pela classe trabalhadora (assim como todos os valores) e apropriada pela classe capitalista. Na esfera da produção, uma troca que no âmbito da circulação parece uma troca de equivalentes, se revela como uma troca desigual, afinal, as trabalhadoras e os trabalhadores produzem mais-valores que são apropriados pela classe capitalista. Nota-se que, “a exploração do trabalho se apresenta – lógica e historicamente – como um mecanismo indispensável à valorização do valor” (Bonente & Corrêa, 2021, p. 162).

Esta exploração é possível porque nas sociedades capitalistas, trabalhadoras e trabalhadores não tem escolha. Sua única forma possível de sobrevivência em uma sociedade mercantil é vender sua força de trabalho em troca de salários para poder adquirir as mercadorias necessárias para sua subsistência. A classe trabalhadora só é livre formalmente nas sociedades capitalistas. Entende-se aqui livre em um duplo sentido: de que dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e que não tenha outras mercadorias para vender, sendo “livre” ou despossuído de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho, ou seja, livre também da propriedade dos meios de produção. Além disto, as relações sociais capitalistas velam as formas de exploração que estão em sua essência, através da igualdade formal no mercado, em que todas e todos são livres para comprar e vender. Mas por trás desta mistificação, temos posições de grandes desigualdades entre os indivíduos, as formas como se inserem nas dinâmicas das relações sociais capitalistas – suas inserções de classe – e a forma como se apropriam (ou não) da riqueza e dos valores produzidos.

A origem do mais-valor é a exploração de uma classe – a classe trabalhadora – por outra classe – a classe capitalista. Mais-valor é trabalho excedente, trabalho alheio não pago e apropriado por outrem. Marx compreende que a exploração de uma classe por outra não é uma característica exclusiva das sociedades capitalistas – esta é até então a força motriz da história até então, a luta de classes – mas compreende que a exploração no capitalismo e as formas de extração do excedente no capitalismo possuem características específicas, que as distinguem das anteriores. Nas relações sociais capitalistas, o processo de exploração tem como base o assalariamento e os processos de formação da base técnica adequada à produção capitalista – os processos de subsunção formal e subsunção real e a transição da subsunção formal à subsunção real. Nestas dinâmicas das relações sociais capitalistas, os seres humanos estão subordinados à lógica do capital e ao seu imperativo da valorização.

“Os capitalistas encontram-se subsumidos aos imperativos da valorização tanto quanto os trabalhadores, mas o modo pelo qual têm de agir, em conformidade com essa lógica, não é cedendo mais trabalho (seu) e sim garantindo a máxima extração de trabalho alheio. Buscando, portanto, por todas as formas ao seu alcance aumentar o mais-valor, mesmo quando este processo resulta contraditoriamente a redução do elemento subjetivo da produção (capturado por Marx na tendência à elevação da composição orgânica do capital).” (Bonente & Corrêa, 2021, p. 161).

Nesta análise, estamos nos filiando à interpretação de Bonente e Corrêa (2021) que argumentam que tanto a teoria do fetichismo, quanto a teoria da exploração são partes indissociáveis da teoria do valor de Marx, “não há teoria do fetichismo sem exploração ou teoria da exploração sem alienação, mas sim uma teoria sobre o modo de produção capitalista que não pode prescindir de nenhuma dessas duas dimensões” (Bonente & Corrêa, 2021, p. 163). Ainda mais, para Bonente &

Corrêa, “A dominação dos sujeitos pela lógica do capital (...), mesmo em um nível alto de abstração, pressupõe uma forma específica de exploração do trabalho.” (Bonente & Corrêa, 2021, p. 155).

Estes são alguns elementos essenciais para a compreensão da teoria do valor de Marx.

No que concerne o porquê de estarmos resgatando a teoria do valor de Marx neste artigo, falta chegarmos ao ponto central: a categoria *trabalho produtivo*. Em uma frase sintética – e um pouco simplificadora – para Marx, trabalho produtivo é o trabalho que de fato produz valor, ou seja, o trabalho ligado à produção de mercadorias. Isto é, trabalho produtivo é o que produz mais-valor.

Neste debate sobre trabalho produtivo na teoria de Marx é importante destacar que trabalho produtivo é uma das categorias mais polêmicas e talvez mais mal compreendidas da obra de Marx. Conforme afirmam Carcanholo (2010) e Mohunso (2020) isso se deve muito às dificuldades de se lidar com a dialética na obra de Marx e também por Marx não ter abordado a categoria de uma maneira mais sistematizada em sua vasta obra – e que em muitas das principais passagens em que Marx abordou a questão do trabalho produtivo ocorreram em obras que não foram concluídas para publicação, sendo o nosso acesso a manuscritos como em *Teorias da mais-valia*, *Grundrisse* e *Capítulo IV (inédito)* e que só tiveram sua circulação mais ampliada mais recentemente, o que contribuiu para muitas das confusões de interpretações –, além de fazer uso desta categoria em diálogo crítico – crítica dialética – com a economia política clássica, em especial, Adam Smith e sua análise sobre trabalho produtivo.

Assim, longe de buscar sintetizar toda polêmica em torno das diferentes interpretações sobre trabalho produtivo nas tradições marxistas e nas múltiplas leituras da obra de Marx, colocamos esta ponderação explicitamente no nosso texto para situar a controvérsia em torno da interpretação da categoria trabalho produtivo nas vertentes feministas anticapitalistas que buscamos analisar.

Retomando à síntese sobre a categoria trabalho produtivo na teoria de Marx, para Marx, trabalho produtivo é o que produz valor e mais-valor. Ou seja, como trabalho empregado pelo capital, este trabalho precisa ser assalariado pelo capital produtivo (integrar relações sociais de produção capitalistas) – mas lembrando que Marx aponta em *Teorias da mais-valia* que nem todo trabalho assalariado configura trabalho produtivo – e ser uma mercadoria, logo, não pode ser criação de valores de uso para consumo próprio ou que não passem pelo circuito da circulação das trocas capitalistas. De acordo com Carcanholo (2010), para Marx, a produção de valor e mais-valor ocorre tanto na produção de mercadorias materiais, quanto na produção de serviços produtivos – a questão com as mercadorias serviços produtivos, estes têm seu consumo simultâneo com a sua produção. Ou seja, considera-se como trabalho produtivo o associado a produção de valor e mais-valor na produção de mercadorias materiais e imateriais. Logo, ser produtivo ou não é um elemento que se define nos processos concretos nos quais o trabalho é levado a cabo, em movimento, e não uma característica a priori.

Devemos destacar e guardar a ideia de que a questão de ser ou não produtivo de acordo com a teoria do valor de Marx não significa que o trabalho seja ou não útil ou necessário para a sociedade e para seus indivíduos. Mas está articulado ao processo de trabalho nas sociedades capitalistas e, portanto, aos processos de produção de valor e de mais-valor. As questões do valor de uso e das *utilidades* estão em outra esfera de análise.

Carcanholo (2010) e Rubin (1928) ponderam que Marx constrói esta percepção sobre o trabalho produtivo analisando a questão em um nível de abstração específico, do ponto de vista da relação capital individual-trabalhador(a), ou seja, do ponto de vista do ato individual e isolado. Carcanholo (2010) faz alguns exercícios de pensar a questão do trabalho produtivo a partir de Marx em outros níveis de abstração, como na totalidade do capital e de seu processo contínuo de reprodução. Com esta mudança no nível de abstração, para um nível mais amplo e mais geral, Carcanholo (2010) propõe que ao invés de pensarmos que o trabalho produtivo é o que produz valor e mais-valor, pensarmos no trabalho produtivo como o que produz excedente-valor para o capital. O

que coloca no âmbito direto da exploração e do processo de produção de valor e de excedente a questão do trabalho produtivo.

Um breve histórico sobre os feminismos e o marxismo antes das contribuições das autoras ligadas aos debates do trabalho reprodutivo

Como destacam Olivera & Fernandez (2022), nas obras de Marx e em sua análise sobre o funcionamento da sociedade capitalista e em sua crítica da economia política, Marx não considera o trabalho doméstico/reprodutivo para pensar as questões ligadas ao valor da força de trabalho e ao seu TTSN. “Marx na sua análise sobre o funcionamento do sistema capitalista não considerou o enorme esforço físico e mental, realizado essencialmente por mulheres, necessário para que esses bens possam ser consumidos de forma a garantir a reprodução da força de trabalho.” (Olivera & Fernandez, 2022, sem página - Kindle). Os debates sobre o trabalho reprodutivo e sobre a sua importância para a reprodução da força de trabalho serão levantados pelas autoras que aqui analisaremos a partir dos anos 1960 e 1970.

Isto não significa que a questão da opressão às mulheres não tenha aparecido nas obras de Marx e Engels, e tampouco na história dos pensamentos marxistas e na história dos feminismos.

Marx e Engels – e, em especial, Engels (1884) com *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* – em suas análises sobre o modo de produção capitalista, a exploração no modo de produção capitalista e sobre as questões revolucionárias de superação do modo de produção capitalista analisam elementos sobre o papel da mulher nestes pontos e sobre o processo de opressão das mulheres nas sociedades capitalistas. Engels (1884) em especial, vai destacar os elementos da divisão sexual do trabalho e dos elementos estruturais e históricos de opressão das mulheres.

As análises de Marx e Engels, bem como o método materialista histórico e dialético, assim como suas críticas à sociedade capitalista, influenciaram fortemente os movimentos marxistas, anticapitalistas, socialistas e comunistas ao longo dos séculos seguintes.

Flora Tristan (1803-1844), uma socialista, teórica e militante, que viveu no século 19, reivindicava a unificação das lutas pela emancipação da classe trabalhadora com as lutas pela emancipação das mulheres. Sua posição – socialista e a partir de um ponto de vista da classe trabalhadora – era destoante no contexto das demais militantes do que podemos chamar de feminismo liberal da época. Sua posição – buscando maior participação das mulheres nos movimentos socialistas e na unificação das pautas contra as opressões das mulheres e contra o capital – também a tornava o ponto fora da curva nos movimentos socialistas da época. Como Arruzza (2019) comenta, ela não foi a primeira a tentar unificar as pautas contra as opressões de gênero e as opressões do capital, e sua tentativa ainda que tenha tido destaque, foi mais um esforço individual que um movimento, as tentativas anteriores, foram ainda menos bem sucedidas.

Arruzza (2019) ressalta que as lutas das mulheres trabalhadoras socialistas não podem ser dissociadas dos movimentos socialistas desde o século 19. A participação das mulheres socialistas organizadas nas lutas e movimentos revolucionários foram fundamentais para estes movimentos revolucionários – por exemplo, na Comuna de Paris (1871); na Revolução Russa (1905; 1917), entre outras. A militância política e as contribuições teóricas destas trabalhadoras socialistas buscavam – em uma crítica ao feminismo liberal hegemônico – unificar as pautas femininas com as pautas da classe trabalhadora, sendo atravessadas pelas questões do trabalho doméstico/reprodutivo. Destes movimentos podemos destacar – com a certeza e o receio de cometer significativas ausências de lembrança – nomes como Mary Macarthur; Clara Zetkin; Rosa Luxemburgo; Alexandra Kollontai; Nadezhda Krupskaya (União Soviética); Inessa Armand, entre outras. Note-se que dentre estes nomes temos nomes fundamentais do socialismo/comunismo e do marxismo do século 20.

Nos anos 1960 e 1970 – em uma fase que na história dos feminismos, centrada em especial, nos movimentos dos feminismos liberais, que é conhecida como “segunda onda” – temos nos países centrais (EUA e nos países da Europa) debates que vão tentar articular uma base material para pensar as opressões, em especial, as opressões de gênero, ajudando a avançar os debates da articulação entre capitalismo e patriarcado como estruturas de opressão que se articulam. Em especial, autoras como Margareth Benston (1969) e Sheila Rowbotham (1973) vão trabalhar em suas análises elementos que em suas perspectivas revelassem a materialidade dos processos de opressão às mulheres nas sociedades capitalistas e que não isolassem os elementos das opressões do patriarcado e do machismo a questões ideológicas e morais somente.

Nas suas análises, estas autoras, de maneiras distintas, vão trabalhar as questões que envolvem o trabalho doméstico/reprodutivo e o trabalho pago e as suas interações e separações. Assim, passam a analisar o papel do trabalho doméstico/reprodutivo no sistema capitalista e na sociedade capitalista.

Afinal, conforme Margaret Benston (1969) afirma, o trabalho realizado majoritariamente pelas mulheres dentro do lar, representa o trabalho de reprodução social. O trabalho de reprodução social é um processo ou um conjunto de atividades necessárias para a reprodução da sociedade capitalista, como limpar a casa, preparar os alimentos, lavar roupas, o cuidado com as crianças, com os idosos, e etc. A reprodução social é responsável pela manutenção da existência das pessoas e pela reprodução de pessoas, e futuramente essas pessoas se tornam trabalhadoras, que são as (os) responsáveis pela produção de mercadorias e reprodução do capital. Portanto, a acumulação de capital depende das atividades de reprodução social, assim como depende da quantidade de trabalhadores disponíveis em uma sociedade. Não há como manter o capitalismo sem os trabalhadores e trabalhadoras, assim como não há como manter o trabalhador vivo e a trabalhadora viva sem as atividades de reprodução social.

Embora invisibilizado, não pago, e extremamente oprimido, sem o trabalho reprodutivo majoritariamente realizado pelas mulheres, não há acumulação capitalista. Ainda que indiretamente, sem ele não haja produção de valor, pois não há reprodução social da classe trabalhadora. Logo, não tendo classe trabalhadora, não há processo de produção de valor e de mais-valor. No entanto, o trabalho reprodutivo não está diretamente ligado ao processo de produção de valor e de mais-valor.

Distintas leituras da teoria do valor de Marx e sua incorporação ao pensamento feminista – as teorias das feministas dos movimentos pelos “salários para o trabalho doméstico” dos anos 1960 e 1970

Tomando estes debates apresentados na seção anterior como ponto de partida, na Itália e nos EUA dos anos 1960 e 1970, autoras italianas ligadas aos movimentos de trabalhadores vão se aprofundar nesta questão do trabalho reprodutivo. Aqui estamos falando de autoras e militantes já citadas na introdução do artigo, como Silvia Federici, Selma James, Mariarosa Dalla Costa, Alisa Del Re, Leopoldina Fortunati, Alessandra Mezzadri entre outras. À época, a mais influente foi Mariarosa Dalla Costa⁶. Estas autoras e militantes ficaram conhecidas como conhecidas como autonomistas⁷. Sua principal reivindicação política girava em torno da luta por “salários para o trabalho doméstico” (*Wages for housework*), movimento político liderado pelo chamado “Coletivo Internacional feminista” (*International Feminist Collective*), criado em 1972. Elas apresentaram formulações apontando a importância dos trabalhos domésticos (associados aos trabalhos da reprodução social)

⁶ No Brasil sua influência é menor, não temos seus textos traduzidos e publicados, por exemplo. Mas sua influência é indireta, afinal, ela foi uma grande influência e parceira de Silvia Federici, e como já afirmamos, Silvia Federici atualmente tem ampla influência e suas obras circulam significativamente no Brasil.

⁷ Para análises mais ricas e aprofundadas sobre o histórico dos feminismos marxistas e das relações entre os movimentos das classes trabalhadoras e dos movimentos feministas ver: Arruzza (2019); Vogel ([1983] 2022); hooks (2019); Goldman (2014). Para elementos sobre a história dos feminismos no Brasil e na América Latina ver: Teles (2017); Barrancos (2022).

para a organização econômica capitalista e a acumulação e reivindicavam como pauta política que os trabalhos domésticos (majoritariamente realizados por mulheres, de maneira externa ao mercado de trabalho formal) recebessem salários. Tinham como tema central da discussão a distinção entre o trabalho doméstico e as outras formas de trabalho, assim como, entender o processo da naturalização e origem desse trabalho não remunerado, além de explicitar a relação de produtividade e a luta pelo poder social.

A proposta política que defendiam era a existência de organização política composta exclusivamente por mulheres, já que entendiam que as mulheres precisam se organizar politicamente separadamente nos movimentos dos trabalhadores em geral ou dos trabalhadores homens. Sua principal pauta política era a demanda do pagamento de salários para o trabalho doméstico – *Wages for housework* – demandavam que o capital pagasse esses salários através do Estado. Nestes movimentos, chegaram a se aliar a outros movimentos na luta por serviços sociais ligados ao Estado de Bem-estar social e de sua manutenção⁸.

No entendimento de suas militantes, ver Federici (1975 [2019]), esta demanda pelos salários para o trabalho doméstico e sua reivindicação seria uma estratégia para dar destaque para a importância do trabalho doméstico na sociedade capitalista contemporânea. Assim, esta luta por salários para o trabalho doméstico seria um ponto de partida para reflexões e lutas em torno das características das sociedades capitalistas e da centralidade do trabalho. De acordo com Federici (1975 [2019]), a hipótese era de um possível esgotamento desse trabalho reprodutivo, que levaria ao rompimento do processo de acumulação de capital e confrontaria capital e Estado, levando ao fim o atual sistema político e econômico.

No entanto, esta proposta não foi bem-sucedida. Em nenhuma de suas dimensões. Como nos mostra Ferguson (2020), a campanha até fez algum sucesso, em sua época, mas não foi eficaz. Ou revolucionária. Seja pelos limites da estratégia traçada, seja pelas falhas na execução daquela estratégia. Não se concretizou garantir salários para o trabalho doméstico e tampouco esta militância ampliou a conscientização⁹ sobre a centralidade do trabalho e sua importância, e, em especial, a importância do trabalho reprodutivo doméstico.

Ao dar destaque para o trabalho doméstico/reprodução, Federici (1975 [2019]), em sua citação tão disseminada, destaca como este trabalho é invisibilizado e mascarado como amor. E que isso é utilizado pelo capital como forma de se beneficiar em cima da exploração da classe trabalhadora, mas mais destacadamente, em cima das mulheres.

“Devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos em uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e a aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório.” (Federici, 1975 [2019], p. 44)

“O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar

⁸ Lembrando que nos anos 1970 começa a haver a crise da acumulação do chamado modelo fordista-keynesiano nos países centrais, em especial nos EUA. Este período marca o início do desmonte e da crise do Estado de Bem-estar social nos países centrais, o fim dos chamados anos dourados do capitalismo (1945-1973) e o início do neoliberalismo.

⁹ Neste ponto podemos ampliar a discussão e debater as dificuldades e contradições dos elementos essenciais das relações sociais nas sociedades capitalistas, como exploração, alienação e fetichismo, e também discutir como ao longo da história dos movimentos da classe trabalhadora, estas questões e as questões da consciência de classe são questões centrais e tensas. Assim, este problema não foi uma exclusividade daquele movimento ou de sua militância ou de suas teorias.

das nossas crianças – os trabalhadores do futuro –, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios e minas.” (Federici, 1975 [2019], p. 68)

Para Federici, assim como para as demais feministas dos movimentos dos salários para o trabalho doméstico, o capital e a estrutura de exploração da sociedade capitalista se alinham aos elementos estruturais da opressão às mulheres para ampliar sua capacidade de acumulação. Assim, segundo a autora, é benéfico para o sistema capitalista que o trabalho doméstico seja encarado como natural, inevitável e prazeroso para as mulheres, com o intuito das mulheres continuarem exercendo esse trabalho de forma não remunerada. No que concerne à forma não remunerada, isso contribuiu para que o trabalho doméstico não seja entendido como um trabalho, o que prejudica a luta das mulheres para o reconhecimento dessa forma de trabalho.

Ainda que em alguma medida os homens trabalhadores se beneficiem também deste processo de opressão sobre as mulheres, através dos benefícios que estas opressões podem gerar e pelos processos de objetificação e controle sobre as mulheres, o principal beneficiado por esta estrutura de opressão é o capital e a classe capitalista como um todo. Garantem a perpetuação e a continuidade do processo de exploração da força de trabalho, da geração de valor e de mais-valor, logo, garantindo a dinâmica da acumulação capitalista e da apropriação da riqueza.

Tomando como ponto de partida uma leitura crítica da obra de Marx e de sua teoria do valor, destacando elementos do que identificaram como limites e machismos de Marx, Federici e as demais autoras autonomistas do movimento vão reivindicar uma nova formulação sobre trabalho reprodutivo e sua relação com a dinâmica da acumulação. Para estas autoras, o trabalho reprodutivo é sim um trabalho produtivo e é central para a dinâmica capitalista.

Para estas autoras, como bem sintetizam Olivera & Fernandez (2022), “o trabalho feminino não remunerado é explorado no interior da esfera da produção, sendo totalmente apropriado como mais-valia. Neste sentido, a luta por salários para o trabalho doméstico implicava o reconhecimento do trabalho feminino dentro do lar e do seu papel fundamental para a sustentação do sistema capitalista.” (Olivera & Fernandez, 2022, sem página - Kindle).

Federici (2021), retomando as contribuições de Mariarosa Dalla Costa sobre trabalho doméstico como um elemento central para a produção da força de trabalho e de Selma James em identificar que a dona de casa é uma continuidade do mundo do trabalho e da exploração, mas do trabalho não remunerado, afirma que estes elementos redefiniram a compreensão do trabalho doméstico e da natureza do capitalismo e das lutas anticapitalistas. A lógica aqui é que se a mercadoria força de trabalho é uma mercadoria, o processo de produzir e reproduzir a força de trabalho e também um processo produtivo, pois há produção de mercadoria.

Estas autoras localizam no acirramento da opressão das mulheres no processo da transição do feudalismo para o capitalismo e da configuração do capitalismo que muda a estrutura familiar, impondo, como destacam Olivera & Fernandez (2022), a ideia da família nuclear, da heterossexualidade e dos papéis de gênero, separando completamente a esfera pública – ligada à dinâmica da acumulação diretamente e à estrutura produtiva – da esfera privada – ligada à reprodução social e indiretamente ligada à acumulação, separada da estrutura produtiva.

A análise proposta pelas autoras dos anos 1960 e 1970, pioneiras nos debates sobre reprodução social, legaram algumas importantes contribuições para o feminismo anticapitalista: (i) Apresentaram a ideia de que trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo, ambos, são constitutivos da ordem social capitalista e essenciais para a dinâmica da acumulação capitalista; (ii) Destacam como o capitalismo e as relações de opressão e suas contradições não podem ser analisados somente pelas questões da troca e da produção das mercadorias e que existem complexidades e aproximações entre as questões

familiares, de gênero e as questões do capitalismo; (iii) Como indica Ferguson (2020), trazem uma definição mais ampla do que é trabalho e da própria classe trabalhadora, explicitando a concretude dos corpos que trabalham; (iv) Como destacam Olivera & Fernandez (2022), elucidam que o trabalho doméstico tem valor social; (v) Olivera & Fernandez (2022) também destacam que estas análises dos anos 1960 e 1970 abriram espaço para a compreensão dos porquês das mulheres terem as piores condições no mercado de trabalho, piores postos, piores condições de trabalho, maior precarização, piores salários, menos prestígio.

As autoras feministas autonomistas dos movimentos pelos “salários para o trabalho doméstico” dos anos 1960 e 1970 receberam fortes críticas.

Como Ferguson (2020) destaca, uma das críticas girou em torno da viabilidade da implementação dos salários para o trabalho doméstico e como o Estado administraria este processo. Como seria possível quantificar os salários e quantas e quais mulheres deveriam recebê-lo? Como garantir que seus custos, via Estado, incidiriam mais sobre o capital e a classe capitalista – como estruturar isso no orçamento público e na tributação?

O foco nos salários para o trabalho doméstico e o Estado como mantenedor destes salários poderia esvaziar a responsabilidade do Estado capitalista em prover serviços essenciais de cuidado, como creches. E se há um elemento sobre cuidado que os movimentos feministas, em especial, os de corte anticapitalista concordam, é que no âmbito privado/doméstico/individual somente as questões dos cuidados não podem ser resolvidas de maneira a balancear a sobrecarga feminina. Sobre o papel do Estado, ainda há a preocupação de o Estado ser o provedor dos salários poderia ampliar demasiadamente o já grande poder e controle do Estado sobre as mulheres e seus corpos.

Autoras dos chamados feminismos negros e anticoloniais, como Angela Davis (2016) também apontam o grave problema de que estas teorias universalizam a experiência das mulheres brancas ocidentais como sendo a síntese das experiências de todas as mulheres, desconsiderando a questão do trabalho doméstico que já é remunerado, ou seja, a existência das trabalhadoras domésticas) e como este tipo de trabalho tem dimensão racial e social – mulheres, em sua maioria brancas, de classe média ou média alta ou alta, contratando mulheres, em sua maioria negras, para realizar o trabalho doméstico. Davis também aponta que nesta perspectiva o que é a dona de casa e o que é o trabalho doméstico se misturam, potencialmente, isolando ainda mais as mulheres no domínio do lar privado.

Como elencado por Ferguson (2020), são feitas críticas a estas análises por considerarem muito funcionalista a forma como abordam a relação entre capitalismo e opressão contra as mulheres e por seu economicismo. Nestas críticas apontam que na perspectiva das teorias sobre reprodução social dos anos 1960 e 1970 a opressão contra as mulheres a ênfase teria recaído demasiadamente nos aspectos funcionais da relação entre as opressões e o capitalismo. E que estas análises, por focarem demasiadamente nos elementos ligados ao valor do trabalho reprodutivo e da exploração das mulheres para a acumulação capitalista, que estas análises seriam muito economicistas.

Por fim, como será abordado na próxima seção, em especial as autoras ligadas à Teoria da Reprodução Social (TRS) do início do século 21, criticaram a leitura da teoria do valor que estas feministas dos anos 1960 e 1970 fizeram, identificando trabalho reprodutivo como um trabalho produtivo e por isso sua centralidade para a acumulação capitalista.

Distintas leituras da teoria do valor de Marx e sua incorporação ao pensamento feminista – A Teoria da Reprodução Social (TRS) do início do século 21

De acordo com Arruzza (2019), o debate hegemônico do feminismo a partir dos anos 1970, era de que não era possível associar feminismo e marxismo – dadas todas as polêmicas nos anos 1960 e 1970 – e o feminismo foi sendo cada vez mais hegemônico pelas perspectivas liberais e pós-modernas que negavam o marxismo e as propostas anticapitalistas mais radicais.

Os movimentos e debates do feminismo marxista anticapitalista avançou muito dos anos 1970 para cá. Muitos dos elementos que foram apontados como críticas às feministas dos movimentos por salários para o trabalho doméstico, como a ausência da dimensão racial, a universalização das experiências das mulheres brancas dos países centrais, estavam no centro de formulações que conhecemos como feminismo negro e feminismo anticolonial ou decolonial, e muitas delas se reivindicam anticapitalistas e algumas não só anticapitalistas, mas também marxistas. Falamos aqui das análises de autoras como Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins, Himani Bannerji, Chandra Mohanty, entre outras. Muitos destes debates foram influenciados pelas feministas do Coletivo do Rio Combahee (*Combahee River Collective*), do Brooklin/NY/EUA de 1977¹⁰.

No início dos anos 1980, mais precisamente, em 1983, naquele contexto de crise da ideia de que era possível aproximar o feminismo do marxismo, Lise Vogel propõe uma análise que influenciará muito os debates desde então, em especial, as feministas da Teoria da Reprodução Social (TRS). A proposta analítica (e de luta) de Vogel é a da teoria unitária. A partir da teoria unitária, o foco seria em analisar a reprodução do capital, de gênero e social – podemos aqui também inserir, tal como as atuais autoras da TRS, as dimensões de sexualidade e raciais – em sua relação e interação, em uma teoria unitária que daria foco nas relações fundamentais do capitalismo que aparentemente exigem um sistema familiar e social baseado em uma ordem de gênero de dominância masculina – e aqui podemos novamente ampliar isto para pensar uma dominância masculina, branca e heterossexual.

O foco proposto por Vogel na relação entre feminismo e luta de classes não está na questão do trabalho doméstico em si, mas na relação entre reprodução social e capital, i.e., a relação entre a reprodução social e a reprodução da ordem capitalista, a relação entre mulheres e capital e a relação entre a instituição família e o capital. Buscando analisar como estas relações se encaixam na lógica do capitalismo e da sua dinâmica.

A perspectiva da teoria unitária – que é também conhecida como perspectiva da reprodução social e que está na essência das formulações da TRS – foca que a opressão das mulheres tem seus alicerces na forma específica como as mulheres se inserem na reprodução social e, portanto, na dinâmica capitalista. Analisando capitalismo e a opressão sobre as mulheres como uma única estrutura. Esta análise pode (e foi) ampliada de maneira a incluir também as dimensões raciais e de sexualidade. O foco aqui portanto está na totalidade histórica. Assim, compreende-se um único sistema, uma única estrutura, configurado por múltiplas relações sociais e de opressões que ocorrem simultaneamente e tudo embolado entre si. O desafio da teoria unitária e da teoria da reprodução social é compreender como este sistema se configura e como as relações sociais que o compõem interagem.

Vogel e as posteriores autoras da TRS (Vogel, 1983; Arruzza, 2019; Barrhacharya, 2017; Ferguson, 2020, entre outras) vão discutir como se produz e se reproduz a mercadoria força de trabalho. Trazendo esta contribuição para o debate marxista, em termos diferentes do que havia sido apresentado nos anos 1970, e se dedicando a responder a uma questão que estava em aberto na teoria de Marx. Segundo Vogel (1983), Marx não trouxe explicações para o processo da reprodução da força de trabalho, se limitando a um “naturalismo simples” (Vogel, 1983). O trabalho de produção e reprodução da força de trabalho (o trabalho reprodutivo) para Vogel e as demais autoras da TRS é uma condição para a sociedade capitalista e para o valor na sociedade capitalista. Mas – contrariamente do que afirmavam as autoras dos anos 1960 e 1970 – isto NÃO significa que isso faça do trabalho reprodutivo um trabalho produtivo.

As diferentes autoras da TRS não são necessariamente um grupo coeso e homogêneo, mas podem ser agrupadas pela aceitação dos seguintes elementos: (i) capitalismo é mais amplo que um

¹⁰ Para mais elementos sobre este histórico que foge ao escopo do nosso artigo, ver hooks (2019); Collins (2019); Ferguson (2020) e Arruzza (2019).

sistema econômico, é um sistema que integra a produção de mercadorias e da vida e que está indissociável dos processos de opressões que o compõe sistematicamente; (ii) trabalho reprodutivo não é um trabalho produtivo e a mercadoria força de trabalho não é produzida capitalistamente; (iii) as opressões são teorizadas e combatidas estruturalmente, relacionadas ao processo de produção capitalista e não estão à margem deste processo; buscam compreender a classe trabalhadora de maneira ampla e global, com suas múltiplas diversidades; (iv) consideram a categoria essencial do capitalismo o trabalho humano e não a mercadoria. (Batthacharya, 2017; 2023).

Para estas autoras, o trabalho reprodutivo não é um trabalho produtivo porque a mercadoria força de trabalho não é produzida de maneira capitalista, não há extração de mais-valor. Mas é produzida fora do mercado capitalista e de sua lógica de valor e de valorização.

Outra diferença significativa da análise da TRS para as teorias das feministas autonomistas dos anos 1960 e 1970 é que as autoras da TRS não associam trabalho reprodutivo à trabalho doméstico, consideram que o trabalho reprodutivo é mais amplo do que era entendido como trabalho doméstico nos anos 1960 e 1970. Fazem parte do trabalho reprodutivo para a TRS: atividades diárias que restauram as energias do trabalhador e da trabalhadora e os permite retornar ao trabalho; trabalhos similares que mantem os membros das classes trabalhadoras e subalternas que não trabalham, como crianças, idosos pessoas doentes, entre outros; processos de renovação da força de trabalho, substituindo aqueles que morreram ou que não trabalham mais.

Assim, o trabalho reprodutivo não pode ser limitado ao trabalho doméstico, ou associado a lares privados, como as teorias dos anos 1960 e 1970 haviam assumido. Vogel (2022) destaca que o trabalho reprodutivo não necessariamente se baseia na heterossexualidade, na procriação biológica, na forma família ou na substituição geracional. A entrada de pessoas no mercado de trabalho que até então estavam excluídas dele, migrações, ou até mesmo formas de trabalho forçado podem ser formas de renovação e substituição da força de trabalho. A família heterossexual mononuclear é a forma preferencial nas sociedades capitalistas – por vários motivos, morais, ideológicos etc. – para a reprodução da força de trabalho, mas não a única.

Para as autoras da TRS o trabalho reprodutivo não necessariamente produz valor, logo, não é necessariamente produtivo. As autoras da TRS entendem o processo da reprodução de maneira ampla, para além da unidade doméstica, mas também podendo incluir o processo reprodutivo na unidade doméstica. Assim, o que torna ou não produtivo o trabalho reprodutivo está ligado às especificidades concretas das condições concretas nas quais o trabalho reprodutivo está relacionado (ou não) ao processo de produção e reprodução do capital, do valor e do mais-valor. Tal como na teoria do valor de Marx.

Mas isso não o torna menos importante para a acumulação de capital e para a dinâmica da sociedade capitalista, inclusive em seu processo de apropriação do mais-valor. O trabalho reprodutivo é o trabalho adicional, junto com a compra das mercadorias necessárias para a subsistência das trabalhadoras e dos trabalhadores feitas com o salário, para garantia da subsistência e reprodução da classe trabalhadora. O trabalho reprodutivo faz parte, portanto, da dinâmica do trabalho necessário – ainda que não esteja inclusa na jornada de trabalho, e que seja externo ao mercado e à dinâmica da lógica capitalista diretamente. Sem o trabalho reprodutivo – que é externo ao mercado e à dinâmica da produção de valor e de mais-valor – não há força de trabalho que possa realizar a produção, logo, não há valor ou mais-valor.

O trabalho reprodutivo não é necessariamente produtivo e nem possui valor necessariamente – caso o trabalho reprodutivo seja um trabalho doméstico não remunerado, não é um trabalho no processo produtivo. Mas é fundamental para a dinâmica da produção de valor e de mais-valor, mesmo estando fora da esfera da produção. A centralidade da relação entre a reprodução social e o sistema capitalista, a produção de valor, mais-valor e da lógica do capital não está no fato de o trabalho reprodutivo ser ou não produtivo, mas do trabalho reprodutivo garantir as condições materiais

necessárias para a dinâmica da produção capitalista e portanto, para a produção e reprodução do valor e do mais-valor.

Vogel e as autoras da TRS vão reforçar o elemento que já apareceu nas autoras dos anos 1960 e 1970 de que o trabalho reprodutivo está na esfera privada (esfera reprodutiva) e o processo de produção de valor e de mais-valor, logo, o trabalho necessário e o trabalho excedente (sobretabalho que tem seus frutos apropriados pelos capitalistas), estão na esfera pública (esfera produtiva). Vogel aqui está fazendo um exercício analítico de mudança do nível de abstração para pensar a questão do trabalho reprodutivo – tal como Carcanholo (2010) faz para pensar a questão do trabalho produtivo – retirando a análise do âmbito individual da relação capital individual/trabalho.

Neste movimento de análise, as autoras do feminismo da TRS vão destacar que o trabalho reprodutivo ter sido tão negligenciado da análise da teoria do valor e da teoria de Marx sobre a sociedade capitalista e seu funcionamento é resultado da forma como a própria organização social particular do capitalismo se dá, isolando – de uma maneira totalmente diferente dos demais modos de produção – as tarefas de reprodução da esfera da produção.

Por fim, a proposta de organização da luta proposta pelas feministas da TRS é alinhada com sua perspectiva unitária. Entendem que todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras – seja as ligadas ao trabalho reprodutivo, seja, as ligadas ao processo de produção capitalista de mercadorias – podem e devem resistir à degradação implacável do capitalismo sobre a vida – em especial, com os agravantes do neoliberalismo. Ou seja, a luta deve ter essencialmente a perspectiva anticapitalista. E isso inclui as lutas anti-opressão (antirracista, anti-patriarcal, anti-LGBTQIA+-fóbica) dentro do sistema para forjar e fortalecer laços de solidariedade entre os movimentos dos grupos oprimidos e dos grupos da classe trabalhadora (cf. Ferguson, 2020).

Um dos elementos que permite dar unidade ao pensamento das feministas ligadas à TRS é a compreensão de que as opressões sociais vivenciadas nas sociedades capitalistas são sistêmicas, tendo relação direta com as formas como estas opressões se relacionam com o capitalismo e com o processo produtivo, reprodutivo e da acumulação. O capitalismo não é um sistema abstrato, mas sim em suas expressões históricas concretas, racializado, patriarcal, internacionalmente hierarquizado no qual a classe trabalhadora é múltipla e composta por relações diversas que produzem o capitalismo como sistema, que é mediado por diversas relações contraditórias entre si. Assim, a luta anticapitalista precisa englobar estas diferentes dimensões.

Além disso, parte da luta deve envolver romper com o impulso capitalista de privatizar e mercantilizar tudo, inclusive a reprodução social, e buscar a reapropriação e a recoletivização dos meios de subsistência para todas, todos e todes.

Considerações finais

Quando falamos em feminismos marxistas, precisamos considerar e reconhecer que estamos falando de uma multiplicidade de movimentos, teorias e militâncias. Quando falamos sobre a forma como a questão da reprodução social aparece nas formulações feministas marxistas precisamos considerar que falamos em diferentes teorias e propostas de luta. Reconhecer estas diferenças e controvérsias, nos permite compreender melhor os caminhos possíveis para a militância feminista, da militância anticapitalista e para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

Ainda que neste artigo tenha sido destacado um processo de mudança e avanço (no sentido de incorporação de críticas e de realização da crítica dialética) nas análises dos feminismos marxistas no que concerne à questão da reprodução social, isto não significa que o processo da história do pensamento seja necessariamente evolutivo.

Ainda assim, consideramos que no âmbito das controvérsias em torno das diferentes teorias feministas sobre a questão da reprodução social, as análises da TRS do início do século 21 tem uma análise mais frutífera para o feminismo marxista anticapitalista no Brasil contemporâneo que seguir as análises que foram apresentadas inicialmente nos anos 1960 e 1970 e são desenvolvidas até os dias de hoje – ver Federici.

Seja por pensarem a questão da reprodução social a partir da teoria unitária, ao incluir em suas análises a dimensão estruturalmente articulada entre as opressões e capitalismo como um sistema único e que as pautas que envolvem as diferentes dimensões das opressões que envolvem a classe trabalhadora em sua multiplicidade – a luta precisa ser anticapitalista, antirracista, anti-patriarcal, o feminismo precisa ser transinclusivo, englobar teorias queer, etc. O caminho de luta é pela unicidade das pautas e no combate a como estas opressões estão articuladas na estrutura da sociedade capitalista na qual vivemos.

Além disto, acreditamos que estas formulações trazem bons pontos ao deslocar o debate da questão do trabalho doméstico para a dimensão da reprodução social como um todo, que inclusive é mais ampla que as dimensões da unidade familiar tradicional.

Do ponto de vista dos debates sobre teoria do valor, distanciar a compreensão do trabalho reprodutivo como um trabalho produtivo e dar o foco em analisar uma lacuna na teoria do valor de Marx – a forma como a força de trabalho é produzida e reproduzida é bastante instigante. Nos permite pensar como que a questão de ser ou não produtivo de acordo com a teoria do valor de Marx não significa que o trabalho seja ou não útil ou necessário. Mas está articulado ao processo de trabalho nas sociedades capitalistas e, portanto, aos processos de produção de valor e de mais-valor. E a também abre espaço para novos avanços nos debates sobre a teoria do valor a partir da obra de Marx.

Estes elementos não significam que as contribuições das feministas dos anos 1960 e 1970 devam ser totalmente descartadas. Aquelas autoras trouxeram para a centralidade dos debates os elementos materiais da opressão das mulheres, em especial, sobre a questão a reprodução social, revelaram aspectos importantes da sobrecarga das mulheres nos trabalhos reprodutivos e trouxeram elementos importantes para pensarmos as dimensões das opressões e das desigualdades que afetam as mulheres no mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro*, n. 23, 1º sem. 2015.

ARRUZZA, Cinzia. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina editorial, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Titthi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Feminismo para os 99% - um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BENSTON, Margareth. *The political economy of women's liberation*. Toronto: New Hogtown Press, 1969.

BHATTACHARYA, Titthi. *Social Reproduction Theory*. Londres: Pluto Press, 2017.

BHATTACHARYA, Titthi (org.) *Teoria da reprodução social – remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

- BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo F. Entre o fetichismo e a exploração: polêmicas sobre o Livro I de O Capital. In: MEDEIROS, João Leonardo; BARRETO, Eduardo Sá. (orgs.). *Para que leiam O capital: interpretações sobre o Livro 1*. São Paulo: Usina Editorial, 2021, p. 133-166.
- CARCANHOLO, Reinaldo. *Capital: essência e aparência*. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CARCANHOLO, Reinaldo. *Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho*. Vitória: Edufes, 2012.
- COLLINS, Patricia Hills. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. *Marx: notas sobre a teoria do capital*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno. *Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil: pensamento econômico em interpretação crítica*. 2022, p. 41-78.
- DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, [1884] 2019.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FERGUSON, Susan. *Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa*. Cadernos Cemarx, n. 10, 2017, pp. 13-38.
- FERGUSON, Susan. *Women and work: Feminism, labour and social reproduction*. London: Pluto Press, 2020.
- FERGUSON, S.; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Outubro*, n. 29, setembro de 2017.
- FINE, Ben. Teoria do valor-trabalho. In: FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo (orgs.) *Dicionário de economia política marxista*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 501-508.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- hooks, bel. *Teoria Feminista – da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1859*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: UFRJ, [1959] 2011.
- MARX, Karl. *Capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Boitempo, [1863-1866] 2022.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Vols. 1-6. 24ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [1867-1894] 2006.
- MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vols. 1-3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [1905-1910] 1980.

MOHUN, Simon. Trabalho produtivo e improdutivo. *In*: FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo (orgs.) *Dicionário de economia política marxista*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 509-516.

OLIVERA, Margarita; FERNANDEZ, Brena Paula Magno. A questão da mulher em Marx, seus problemas e a contribuição das feministas marxistas ao debate. *In*: FERNANDEZ, Brena Paula Magno (org.). *Mulheres na história do pensamento econômico*. Florianópolis: Editora Peregrinas, 2022, p. 105-124.

ROWBOTHAM, Sheila. *Women, resistance and revolution*. Allan Lane, 1973.

RUBIN, Isaak. *A Teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, [1928] 1980.

SAAD-FILHO, Alfredo. *O valor de Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, [1983] 2022.